

PROFESSORES EM LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Um país que não aposta na educação é um país sem futuro. Provocando o desemprego massivo de professores, educadores e investigadores e acentuando o subfinanciamento de todo o sistema educativo, o governo está a reduzir a qualidade da escola pública e, com isso, a empobrecer a educação, comprometendo seriamente o futuro dos portugueses e do país.

De facto, ao mesmo tempo que lança deliberadamente milhares de docentes no desemprego e na instabilidade profissional, o governo impõe o aumento do número de alunos por turma em todos os ciclos de ensino, reduz drasticamente a prática experimental das ciências e das tecnologias, elimina disciplinas indispensáveis à formação integral de crianças e jovens, cria mega-agrupamentos pedagogicamente ingovernáveis e restringe de forma inaceitável as ofertas educativas para jovens e adultos na escola pública.

Do mesmo modo, os cortes sucessivos no financiamento de universidades e politécnicos prejudicam a qualidade do ensino superior e lançam no desemprego muitos docentes e investigadores. Paralelamente, o aumento das propinas e a diminuição dos apoios sociais estão a forçar cada vez mais estudantes a abandonarem os cursos por incapacidade financeira das famílias.

É, pois, com enorme preocupação que se antevê o próximo ano letivo, bem como o futuro profissional e pessoal de milhares de docentes e investigadores. Neste contexto, os presentes na concentração frente à Direção Regional de Educação do Norte repudiam as políticas educativas em curso, que consideram contrárias aos interesses nacionais, e exigem:

- a atribuição de serviço letivo efetivo a todos os docentes dos quadros (mínimo de 6 horas letivas), deixando de haver “horários-zero”. Devem de igual modo ser distribuídas as atividades que constam das instruções emitidas pelo MEC, após 13 de julho, desde que consideradas docentes e atribuídas a quem tenha formação adequada para as desenvolver;
- a vinculação dos docentes contratados, com produção de efeitos no início do próximo ano escolar, de acordo com as regras estabelecidas pela lei geral;

- a redução do número de alunos por turma, no mínimo para os valores que vigoraram até ao final deste ano letivo e, no caso do 1º Ciclo, até 2010/2011;
- a alteração do Despacho 13-A/2012, de 5 de junho, designadamente a reposição das horas para direção de turma; a atribuição de crédito de horas por escola secundária e por EB2.3 (ainda que agrupada com 1º Ciclo e Pré-Escolar), e não por mega-agrupamento; o reforço de horas a todas as escolas, sem penalização das mais desfavorecidas;
- a homologação de agrupamentos ou agregações de escolas e/ou agrupamentos apenas quando exista o consenso da autarquia, dos conselhos gerais das escolas e da administração educativa;
- a suspensão da revisão da estrutura curricular e a promoção de um grande debate que permita, dentro de um ano, uma verdadeira reorganização curricular que salvaguarde os preceitos constitucionais e legais;
- o pagamento das dívidas do MEC aos professores, designadamente as que decorrem da compensação por caducidade dos contratos;
- a abertura de um processo negocial que vise identificar e ultrapassar as ilegalidades que estão a ser cometidas no âmbito da carreira docente.

Os docentes que o governo quer despedir fazem falta nas escolas para garantir uma educação de qualidade para todos. É em nome dessa exigência de justiça social que os professores, educadores e investigadores estão em luta.

Porto, 24 de julho de 2012